

XII Congreso
Latinoamericano
de Ciencia Política

América Latina
como actor en la
reconfiguración
geopolítica global



17 a 20
Julio 2024

ISCTE
Lisboa, Portugal

iscte
INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E
POLÍTICAS

cei_iscte
Centro de Estudos
Internacionais

alacip
ASSOCIACIÃO LATINOAMERICANA
DE CIÊNCIAS POLÍTICAS

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF À LUZ DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

EIXO TEMÁTICO 17: Economia política e políticas econômicas. Desigualdade, Pobreza e Redistribuição da renda.

Angelita Matos Souza¹

Cientista Política. Professora associada (livre-docente) no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (IGCE-UNESP), matos.souza@unesp.br

Resumo aprovado:

O texto tem três objetivos: 1. Indicar a pertinência do método da teoria da dependência para a compreensão de conjunturas de crise; 2. Discorrer sobre a política econômica do governo Dilma 1, abarcando fatores internos e externos de maneira articulada; 3. Apresentar a hipótese de tentativa malograda de reconfiguração do bloco no poder, por meio da política econômica, como um fator explicativo fundamental da crise que desembocou no impeachment.

Pretendemos recorrer ao método proposto por expoentes da teoria da dependência, de análise integrada entre fatores internos e fatores externos, para abordar os governos Dilma. O que implica em apreender os aspectos políticos, econômicos e sociais de maneira articulada, sem perder de vista a internalização de interesses econômicos estrangeiros e as formas de ingerência externa na vida política doméstica. Com relação ao governo Dilma 1, importa discorrer sobre acontecimentos políticos internos que engendraram certa imbricação com fatores externos, decisiva para o desenrolar dos acontecimentos.

Um dos argumentos que apresentaremos sobre o governo Dilma 1 é o de que a resposta inicial à expectativa de inflação e com relação aos efeitos da crise financeira internacional, que eclodiu em 2008 e ainda pairava no cenário mundial, foi negativa para os investimentos públicos e privados, pois contracionista. Na sequência, a inversão dessa diretriz com a denominada “nova matriz econômica”, de viés desenvolvimentista, resultou em uma oscilação possivelmente desestimulante aos investimentos dos agentes privados. Ao mesmo tempo, nas economias centrais, entrava em cena um movimento de reorganização que seria adverso para os países dependentes, contra o qual pouco podiam os seus Estados. Desse modo, seria difícil saber se foram

¹ O texto abarca a discussão teórica que orienta a pesquisa em andamento da autora, esta conta com apoio (auxílio regular) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo número 2023/12293-4).

as oscilações na condução da política econômica a causa principal da queda do crescimento econômico, como defendem alguns economistas.

Após essa contextualização geral, apresentaremos a hipótese de que um elemento decisivo para se compreender a crise política diz respeito à tentativa de se promover uma reconfiguração no bloco no poder em favor do setor produtivo, especialmente da indústria, contrariando interesses financeiros hegemônicos. Tal orientação implicou no enfrentamento de interesses dominantes de longa data, sem base de apoio substancial (pelo alto e/ou desde baixo), por meio da utilização dos bancos públicos e outras políticas econômicas, e na *ordem dos discursos* o governo mirou diretamente os bancos. Pretendemos indicar, recorrendo ao método de análise de conteúdo, enfocando manifestações de membros do governo, que na cúpula do governo se acreditava na viabilidade dessa diretriz, inclusive se contava com o apoio de segmentos industriais, o que não ocorreu.

No que tange ao segundo mandato da presidente, trataremos brevemente (i) da Operação Lava Jato, recuperando estudos que acusam a ingerência política externa; e (ii) da capitulação do governo Dilma 2 aos ditames do denominado mercado, com a adoção de uma política econômica neoliberal, todavia insuficiente para evitar o impeachment. A construção do texto, ancorada principalmente em produção bibliográfica (fontes secundárias), buscará a análise integrada defendida por expoentes da teoria da dependência, também recorrerá à metodologia da análise de conteúdo para abordar manifestações de membros (ou ex-membros) do governo.

Palavras-chave: Governos Dilma, crise política e econômica, teoria da dependência.

.....

Texto Completo:

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF À LUZ DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA²

Resumo: Neste texto, o objetivo principal é refletir sobre o primeiro governo Dilma Rousseff, recorrendo à teoria da dependência e à noção de bloco no poder e fracionamento de classe. A hipótese principal, baseada fundamentalmente em pesquisa bibliográfica, é a de que a oscilação na política econômica no primeiro mandato foi negativa, porém, o definitivo para o avanço da crise política foi a tentativa de alteração na correlação de forças no bloco no poder, o que demandava o enfrentamento de fatores externos (o poder estrutural do capital financeiro internacional) e, no campo dos fatores (políticos) internos, a construção de uma base de apoio substancial (pelo alto e desde baixo). A inexistência desses fatores pavimentaria o caminho para o impeachment da presidente no segundo governo. Por fim, será defendida a interpretação de que o governo Dilma apostou nas possibilidades do desenvolvimento dependente-associado à maneira de Cardoso e Faletto (2004).

Palavras-chave: Governo Dilma 1, dependência, fatores internos, fatores externos, crise política.

² Muitas ideias apresentadas aqui encontram-se em nosso livro (Souza, 2021).

1. Introdução

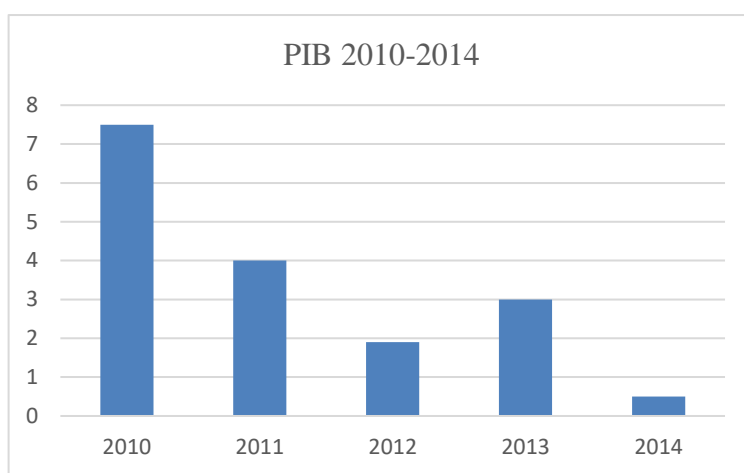
Gostaríamos de iniciar com comentários rápidos sobre a política econômica dos governos Lula (2003-2010), para nós, distante do mero continuísmo neoliberal com relação aos governos FHC, em que pese a manutenção do tripé macroeconômico herdado (câmbio flexível, metas de inflação, superávit primário), que implicava em taxas de juros atrativas em termos internacionais e valorização do Real. Uma concessão nada irrelevante aos interesses do *mercado*, não obstante, alterações igualmente nada irrelevantes ocorreram na política socioeconômica, na forma de políticas públicas de estímulos ao setor produtivo, em especial por meio de financiamentos e incentivos diversos via bancos estatais, além do crescimento dos investimentos públicos em infraestrutura e da expansão das políticas sociais.

Também no campo da política externa houve mudanças, com acentuada prioridade às relações Sul-Sul, articulada ao objetivo do expansionismo econômico. Por sua vez, com a eclosão da crise financeira internacional em 2008, responsável pela paralisação do crescimento da economia brasileira em 2009, uma série de medidas anticíclicas foram adotadas e, em 2010, o crescimento foi de 7,5%. Além da resposta interna (*keynesiana*) à crise, ajudou o contexto internacional subsequente, de elevação dos preços das commodities. Tudo somado, a taxa de crescimento médio da economia nos governos Lula 1 e 2 (2003-2010) seria de 4% ao ano (em média 3,5% no primeiro mandato e 4,6% no segundo), superior à dos governos de FHC (1995-2002) cuja expansão média anual do PIB foi de 2,3%.

O sucesso dos governos Lula permitiu ao presidente impor o nome de Dilma Rousseff como candidata à presidência pelo PT, embora ela não fosse uma figura historicamente ligada ao Partido. No primeiro ano do seu governo, os 7,5% de crescimento econômico de 2010 caíram para 4%, retração relacionada a políticas contracionistas adotadas logo no início de 2011: elevação dos juros, da meta de resultado primário, corte de gastos e dos investimentos em infraestrutura. Essas medidas iniciais, que acentuavam medidas adotadas bem ao final do governo Lula 2, afetariam negativamente os investimentos públicos e privados (Bastos, 2017; Serrano e Summa, 2012), e foram motivadas pelas expectativas de inflação em um contexto de crescimento econômico interno e de suposta recuperação dos efeitos da crise financeira internacional. Conforme Singer (2015, p. 51), depois, o ministro Mantega admitiria que a contração, no primeiro semestre de 2011, teria sido excessiva, com “gastos públicos baixos

e juros altos”, a partir da suposição de que “que a economia mundial já estava em recuperação, o que não se revelou verdadeiro, pois a crise foi em W e não em V.”

Na sequência, ao final de 2011, a diretriz contracionista foi abandonada e entrou em cena a denominada “nova matriz econômica”, como ficou conhecido o conjunto de medidas de viés desenvolvimentista adotado entre o final de 2011 e primeiro trimestre de 2013. Todavia, essa alteração de sentido não conseguiu reverter o quadro de baixo crescimento econômico: apesar de em 2013, certamente em função da nova matriz, o crescimento ter sido de 3,0%, portanto, melhor do que o ocorrido em 2012, de 1,9%; em 2014 seria de apenas 0,5%.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE

A oscilação na condução da política econômica no primeiro ano do governo Dilma Rousseff foi, muito provavelmente, negativa para o estado de confiança dos agentes econômicos, indo de encontro aos investimentos. Entretanto, entendemos que o aguçamento da crise política está ligado principalmente à tentativa de reconfiguração do bloco no poder sem uma base de apoio substancial (pelo alto e desde baixo), condição para o enfrentamento de interesses dominantes de longa data, ancorados no poder estrutural do capital financeiro internacional. Ademais, o cenário internacional se tornou adverso, pois nas economias centrais um movimento de reorganização pós-crise financeira global estava em curso, contra o qual pouco podiam os Estados dependentes. Isto é, a resposta à crise internacional a partir de 2010, pelas empresas produtivas estrangeiras, teria sido a de incrementar a substituição da produção local por importações, movimento afim ao esforço exportador das economias estadunidense e

européia para saírem da crise, e igualmente da China, cujas exportações tinham sido afetadas pela desaceleração da demanda nos países centrais (Bastos, 2017).

Conforme Bastos (2017), filiais sul-americanas tiveram a sua participação nas cadeias globais de valor redimensionada e passaram a importar mais e produzir menos localmente, redirecionando a atuação para montadoras e revendedoras, o que teria se refletido na queda nos saldos comerciais do Brasil com os países de origem das filiais aqui instaladas. Uma alteração que, segundo o autor, dificultaria a conciliação dos interesses dominantes como ocorrera nos governos Lula. Assim sendo, é improvável que tenham sido as oscilações na condução da política econômica a causa principal da queda do crescimento, embora possa ter contribuído para a criação de um ambiente de incertezas desfavorável aos investimentos.

Este texto está organizado em cinco partes, incluída esta introdução. A seguir, falaremos um pouco de teoria da dependência, indicando aspectos das suas duas correntes principais que serão incorporados à reflexão sobre o primeiro governo Dilma. Na terceira parte, apontamos acontecimentos que contribuíram para com o desenrolar dos acontecimentos em direção ao avanço da crise política, sem aprofundarmos a análise sobre as causas do insucesso na promoção do crescimento econômico, o que constitui um aspecto central da crise política, mas já abordado por vários economistas (e nós não somos economistas). Na quarta parte, discorreremos sobre a tentativa do governo de alterar a correlação de forças no interior do bloco no poder, para nós, uma dimensão central da crise política. Na conclusão, defenderemos que o primeiro governo Dilma tentou praticar uma leitura otimista das possibilidades do desenvolvimento dependente-associado, à maneira de Cardoso e Faletto.

2. Dependência: teoria e método

É bastante comum a referência ao fator da dependência com relação às economias centrais para se explicar processos econômicos, geográficos, políticos e sociais latino-americanos. Por certo, nem todos os analistas que falam em dependência propuseram uma teorização a respeito, apenas um conjunto deles, os expoentes da denominada teoria da dependência. Porém, a existência de uma *teoria* é contestada por alguns autores, que preferem falar em escola/perspectiva (Fiori, 1995), o próprio Fernando Henrique Cardoso oscila a respeito da possibilidade de teorização (Souza, 2021). De nossa parte, a consideramos admissível, pois, em que pese a necessidade de avanços/atualizações,

entendemos que existe um *fio condutor* que garante à perspectiva o status de teoria, composta sobretudo por duas vertentes: a chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD) e análises que giram em torno da obra de Cardoso e Faletto (2004), *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

Resumiremos o que identificamos como *fio condutor*, indicando aspectos comuns e a diferença principal entre as duas correntes: a) a independência política como condição para se falar em dependência; b) a periodização das relações de dependência segundo as fases do imperialismo; c) o método de análise integrada; d) a diferença principal reside na ênfase nos fatores internos ou nos fatores externos e na correlata defesa da revolução.

Em primeiro lugar cabe sublinhar que as relações de dependência se estabelecem após a independência política (no caso do Brasil, antes mesmo do capitalismo virar imperialismo), por isso, as relações de dominação costumam ocorrer por meios *diplomáticos*, ancoradas no poder financeiro e militar dos países dominantes e na situação de dependência financeira do Estado e da economia do país subordinado, sendo a dependência tecnológica também financeira. Em segundo lugar, a periodização é importante, tendo em vista que as formas assumidas pelas relações de dependência são moduladas pelas transformações na ordem capitalista mundial. Como escreveu Cardoso: “Como complemento à teoria do imperialismo, a teoria da dependência requer, entretanto, que se revise continuamente a periodização da economia capitalista mundial e a caracterização da etapa atual do imperialismo” (Cardoso, 1975, p. 34).

A título de ilustração, no caso do Brasil, podemos discernir claramente três fases nas relações de dependência: a anterior aos anos 1930; a do pós-guerra; e a vigente desde os anos 1980, sob o capitalismo neoliberal. Até os anos 1930, o eixo dinâmico da economia residia nas exportações de produtos primários e o Brasil era muito dependente do mercado mundial, também dos investimentos diretos estrangeiros no setor comercial, em infraestrutura e serviços; do ponto de vista político, as relações de dominação passavam pela dependência de empréstimos externos da parte do Estado brasileiro, sobretudo de bancos ingleses. A partir de 1930, notadamente de 1937, com o processo de industrialização, o país entraria em uma fase nova nas relações de dependência, durante a qual seria possível melhorar de posição na lista dos países periféricos por meio da industrialização pela via dependente-associada, sobretudo a partir de meados dos anos 1950. Nos anos 1980, uma nova configuração se

estabeleceu, bem mais desfavorável comparativamente à fase anterior, financeirizada e marcada pela preferência à aquisição da riqueza existente, em vez de investimentos produtivos novos. Em suma, importa apenas registrar que as relações de dependência se alteram segundo as fases do capitalismo monopolista/imperialismo. (Souza, 2021)

Em terceiro lugar, todo *dependentista* parte da tese do desenvolvimento capitalista desigual e combinado em escala mundial. O objetivo central da teoria da dependência é, justamente, compreender os efeitos desse processo para o desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos (especialmente, latino-americanos).³ Por certo, são inúmeros os enfoques que incorporam a tese do desenvolvimento desigual e combinado em escala mundial para explicar o (sub)desenvolvimento nos países periféricos e dependentes. Entretanto, na teoria da dependência encontramos análises pioneiras e originais, sobre as formas mais aguçadas de exploração do trabalho (Marini, 2005); sobre os efeitos político-econômicos das articulações internalizadas de interesses de classes, entre burguesias nativas e estrangeiras (Cardoso; Faletto, 2004); e sobre as possibilidades de desenvolvimento nos países dependentes. Este último aspecto introduz uma distinção entre as duas correntes principais da teoria da dependência, pois, apesar de ambas terem na teoria do imperialismo o ponto de partida (sendo as duas correntes marxistas ou simpáticas ao marxismo⁴), a chamada TMD enfatizará as relações econômicas internacionais na análise da dependência; ao passo que Cardoso e Faletto (2004) valorizaram as relações de classe na vida política interna. Conforme Cardoso (2004, p. 8): “(...) propusemos neste livro um esquema de interpretação com ênfase na dinâmica política entre as classes e grupos sociais, no interior de cada país”.

Por sua vez, ao apostarem na política, Cardoso e Faletto (2004) demonstraram *otimismo* com relação às possibilidades de desenvolvimento em países dependentes, afirmando no ensaio clássico que “a superação ou a manutenção das ‘barreiras estruturais’ ao desenvolvimento” dependiam do “jogo de poder”, da “ousadia” daqueles dispostos “a agir

³ Vale notar que a teoria da dependência implica em uma ruptura com a teoria da modernização, distinta da já realizada pelo enfoque cepalino, como escreveram Cardoso e Faletto (2004), nas teorias sobre desenvolvimento da CEPAL, as relações de classes e as relações imperialistas entre os países não tinham a relevância que teriam nos estudos sobre dependência.

⁴ Conforme Dos Santos (1998, p. 11): “Cardoso e Faletto se colocariam numa corrente marxista mais ortodoxa pela sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista e de impossibilidade ou não necessidade do socialismo para alcançar o desenvolvimento”. Por sua vez, a TMD se autodenomina marxista, de maneira talvez equivocada, uma vez que dá a entender que é apenas essa corrente a marxista.

em função de fins historicamente viáveis” e da ação coletiva voltada a tornar possível o que era estruturalmente difícil (2004, p. 173).⁵ Cumpre observar que os autores (assim como outros expoentes da teoria da dependência) nunca defenderam a possibilidade de países latino-americanos alcançarem os países centrais, a teoria da dependência é a própria negação dessa possibilidade. Porém, diante dos limites estruturais engendrados pelo evoluir desigual e hierárquico do capitalismo em âmbito mundial, o que viriam a denominar de desenvolvimento dependente e associado foi visto como promissor (Cardoso e Faletto, 2004).⁶ Já os expoentes da chamada TMD defenderiam a revolução socialista.

Em quarto lugar, temos a dimensão mais rica e atual da teoria da dependência: o método de abordagem proposto. Nas duas correntes, defende-se a elucidação das formas de articulação entre fatores internos e externos, como totalidade complexa na qual os constrangimentos externos e fatores internos importam igualmente. Entretanto, os fatores externos (os limites estruturais) foram mais salientados pela TMD, ao passo que o enfoque *cardosiano*, como indicado, priorizou a vida política interna na modulação das formas da dependência. De todo modo, há concordância com relação à produtividade da análise integrada entre fatores externos e internos, sendo consensual que os *tipos* de inserção dos países dependentes na ordem capitalista mundial passam pelas formas de articulação interno-externo segundo as fases do imperialismo.

Na obra de Cardoso e Faletto (2004), essa dimensão é bem sublinhada e a dependência, embora *dependa* do movimento de capitais dos países centrais, configura-se internamente, por meio das coalizões e convergências de interesses dominantes locais e estrangeiros, com a luta de classes, claro, exercendo um papel importante. Implica em afirmar que a análise integrada entre fatores externos e internos valoriza as relações de classes nas formações sociais dependentes, concebendo como histórico-estruturais os limites relacionados ao imperialismo (o poder estrutural do capital financeiro internacional na etapa superior do capitalismo).

Como entendemos, implica em defender que a análise da dependência não deve se limitar aos aspectos econômicos ou aos aspectos diplomáticos formais das relações entre

⁵ No “Post-Scriptum”, publicado quase uma década depois da primeira edição, do final dos anos 1960, o otimismo se esvai um tanto e Cardoso e Faletto (2004) apontam os limites do desenvolvimento na fase da nova dependência, criticando sua distância do interesse popular, a concentração da riqueza e a desigualdade social.

⁶ Segundo Oliveira (2022), há afinidade entre essa leitura e o neodesenvolvimentismo dos governos do PT.

países centrais e periféricos, e sim tentar apreender os efeitos sociopolíticos nas formações sociais periféricas engendrados pelo processo de desenvolvimento desigual, hierárquico e combinado do capitalismo em âmbito global (Souza; Braga, 2023). Por sua vez, se a elucidação das relações de dependência passa pelas convergências e coalizões de interesses entre agentes econômicos nativos e estrangeiros, isso obriga à análise do Estado dependente, o organizador/fiador dessas coalizões e convergências de interesses (Souza, 2021).

3. A evolução da crise política

Todos que acompanham a vida política brasileira recente já devem ter lido avaliações sobre o presidente Lula que destacam o seu domínio da arte da política, pois bem, parece que o oposto se poderia dizer da sua sucessora, sendo conhecido que Dilma Rousseff foi eleita graças ao apoio do presidente Lula, que no ápice da sua popularidade a escolheu para ser a candidata do PT à sucessão. Contudo, aos poucos foi sendo retratado certo afastamento entre os dois na mídia dominante, com alguma base empírica, pois já em junho de 2011, para indignação do *lulopetismo*, a presidente escreveu uma carta bastante elogiosa ao ex-presidente FHC, cumprimentando-o pelo aniversário de 80 anos (na campanha eleitoral de 2014, a carta seria usada pelo candidato Aécio Neves). Nem precisa ser leitor de Maquiavel para perceber a atitude como indelicada com o “padrinho” e com o partido que a acolheu como sua candidata, mesmo não sendo ela historicamente ligada a sigla. E vale lembrar que, na primeira metade do primeiro governo, a popularidade da presidente Dilma esteve em alta, fomentada pela história da faxina, usada pelos meios de comunicação para açodar o sentimento de *independência* da presidente face ao seu antecessor.

A história da faxina diz respeito à “limpeza” em ministérios e, em especial, na Petrobrás, de figuras envolvidas em denúncias de corrupção. No noticiário a presidente foi sendo apresentada como alguém que combatia os “malfeitos”, algo que não teria ocorrido nos governos do ex-presidente Lula. Limongi (2023) defende que a presidente embarcou na onda anticorrupção, ao encontro do que viria a ser a Operação Lava Jato instalada em 2014, sem avaliar devidamente as implicações políticas disso. Na visão do autor, o impeachment foi provocado pela reação da classe política à Operação Lava Jato, em um contexto no qual as relações entre Executivo e Legislativo se tornariam cada vez mais complicadas, especialmente no segundo governo, devido ao não apoio, em 2015, à eleição de Eduardo

Cunha para a presidência da Câmara, que eleito seria o responsável por liberar a abertura do processo de impeachment.

Outros fatos merecem ser lembrados. Ainda no mês de junho de 2011, o ministro Antônio Palocci deixaria o governo Dilma devido a denúncias de enriquecimento ilícito, a volta do político ao centro da campanha eleitoral e, em seguida, como ministro da Casa Civil, seguramente contribuiu para reduzir desconfianças com relação à escolhida de Lula. Segundo Attuch (2011), representantes do PIB brasileiro compareceram em peso à posse do ministro, mais que à da presidente eleita. A saída de Palocci possivelmente não foi bem-recebida pelo empresariado e, já no primeiro mandato, haveria muita reclamação, registrada na mídia como manifestações empresariais, contra a falta diálogo, centralização do processo decisório, aversão ao lucro privado da parte do governo e comparações com o ex-presidente circulando nos bastidores, destacando-se o estilo negociador e contemporizador de Lula em oposição ao centralismo e autoritarismo da presidente.

Também lideranças de movimentos sociais reclamariam do distanciamento da parte do governo Dilma, diferentemente dos governos Lula que ampliaram os canais de comunicação com lideranças da sociedade civil, inclusive lideranças religiosas.⁷ Para piorar, grandes manifestações populares tomariam as ruas em 2013 e 2014, tudo começaria em junho de 2013, com os protestos contra o aumento no preço do transporte público em São Paulo, que acabariam se transformando em grandes manifestações da direita contra o governo federal, que viriam a ser apoiadas por entidades empresariais, notadamente pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), cujas demandas teriam sido as priorizadas pela denominada nova matriz econômica. Neste contexto, foi esboçado o movimento “volta Lula”, mas a presidente e seus aliados insistiriam na reeleição de 2014.

⁷ Como escreveu Eduardo Costa Pinto (2015, p. 5): “No campo da habilidade política a presidenta mostrou-se um desastre. A sua incapacidade de dialogar mostrou-se impressionante. Não recebia deputados e senadores, até mesmo do seu partido. O governo foi perdendo votações e sua capacidade de pautar agendas no Congresso Nacional, ampliando a insatisfação no âmbito da cena política”. E complementa: “A presidenta realmente achou que poderia enquadrar a cena política e o bloco no poder. Ela acreditou que o seu poder estatal (sua posição de presidente) decorria de uma força própria (ao estilo weberiano) distinta do poder de classe que possibilitaria a realização de mudanças estruturais” (Pinto, 2015, p. 5). E há indicações no noticiário de que o presidente Lula teria se arrependido da escolha de Dilma Rousseff para sucedê-lo, especialmente a partir de 2014, quando avança a crise política. Ver, por exemplo, Mário Magalhães, disponível em: <http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/06/22/discurso-de-lula-e-de-arrependimento-por-ter-apadrinhado-dilma-na-sucessao/>, acesso 16/02/2024. Alguns artigos no livro de Fábio Alves (2014); uma matéria na Revista *Piauí*, “A afilhada rebelde” (Edição n. 97, out. de 2014), apresentam um ex-presidente contrariado por não ser escutado pela presidente.

As anotações acima exprimem algumas das dificuldades políticas do governo, porém não constituem o cerne da crise política que o derrubaria em 2016. Este começou a se delinear com o discurso do Primeiro de Maio de 2012, em rede nacional de rádio e TV, no qual a presidente Dilma declarou inadmissível a continuidade dos juros altos. Um discurso em tom *confrontacionista* jamais praticado pelo presidente Lula e que iria além da ordem dos discursos, como escreveu Bastos (2015), ao destacar que os pronunciamentos contra os bancos pareciam buscar indispor outras frações da burguesia contra o capital bancário, além de, concretamente, o governo ter adotado uma política agressiva de ocupação de mercado pelos bancos públicos via oferta de juros menores.

Aqui cabe um paralelo com o governo antecessor: em janeiro de 2003, a Selic estava em 25,50%, em outubro em 19%, um ano depois 16,25%. Em 2005, devido às expectativas de inflação, os juros encerrariam o ano em 18%; com a inflação dentro da meta um novo ciclo de baixa foi praticado: de dezembro de 2005 ao final de 2008, os juros caíram de 18% para 13,75%. O crescimento negativo de 2009 permitiu Selic em 8,65% no início de 2010, terminado o ano em 10,66%, com crescimento do PIB de 7,5%. Entretanto, a inflação em 5,9% levou às primeiras medidas contracionistas, aprofundadas no início do governo Dilma.

O fato é que, nos governos Lula, os juros se mantiveram atrativos em termos internacionais, mas caíram significativamente, sem afetar os lucros bancários, que prosseguiram elevados, devido aos juros e às políticas de estímulo ao crescimento e ao consumo. No primeiro governo Dilma, no contexto da nova matriz econômica, entre agosto de 2011 e abril de 2013, os juros baixaram de 12,5% para 7,25% e o crescimento da economia não animou. Importa observar que nem sempre juros menores detonam reações políticas da parte dos banqueiros e aliados, pois interessam ao equilíbrio fiscal e à rolagem da dívida pública, havendo confiança no governo, crescimento econômico, e mantida as possibilidades de lucro no setor bancário (e diálogo com seus representantes), se pode conquistar margem de manobra para a redução dos juros. O problema reside no contexto geral, no caso dos governos Dilma, de baixo crescimento econômico, manifestações de membros do governo contra os lucros no setor bancário e de avanço da crise política a partir de junho de 2013.

Ademais, não seriam apenas os bancos, o *confronto* se estenderia ao setor elétrico, com a Medida Provisória 579 de setembro de 2012, censurada especialmente por *sócios* estrangeiros (mas elogiada pela FIESP). Em janeiro de 2013 o governo anunciaria ainda a

queda nas contas de luz para os consumidores. As mudanças alimentaram acusações de que o governo seria *avesso ao lucro privado* e, como no caso do ataque aos juros, os agentes econômicos reclamaram do *método*: as medidas para a área energética teriam sido divulgadas sem qualquer consulta ou negociação com representantes do setor privado (Alves, 2014). Singer (2015) aponta a reação do representante do Fundo Skagen (norueguês), que declarou ao *Financial Times*: “Vemos isso como uma forma de nacionalização de propriedade, então é mais ou menos o que vimos na Venezuela e Argentina” (*apud* Singer, 2015, p. 44). Segundo Torres (2014), a imagem de que o governo era avesso ao lucro privado e queria impor taxas de retorno baixas tem origem na Medida Provisória 579, que teria inaugurado o divórcio entre governo e empresários. Ou seja, a “cisão” entre governo e empresários se desenhava antes das chamadas jornadas de junho, as grandes manifestações de rua que eclodiram em junho de 2013.

Conforme Singer (2015), para surpresa de muitos, os industriais foram se afastando do governo Dilma e se alinhando com a oposição: “Cresceu entre eles a ideia de que se tratava de mandato ‘intervencionista’, que inviabilizava os investimentos e não criava confiança. O irônico é que a intervenção, que de fato houve, visava atender aos próprios industriais” (p. 55). Não conseguiríamos explicar precisamente o porquê do abandono do governo Dilma pela burguesia industrial, conforme Boito Jr. (2018), a fração cujos interesses foram os priorizados pela política econômica. Carvalho (2018) afirma inclusive que a nova matriz adotou a “agenda FIESP”. Na mesma linha, Bastos (2017) relaciona medidas defendidas pela FIESP que foram atendidas pela nova matriz, tais como: redução de taxas de juros, das tarifas de energia elétrica; desonerações fiscais e crédito subsidiado; desvalorização do Real com protecionismo industrial seletivo; serviços públicos passados à iniciativa privada via concessões.

Um aspecto a ser considerado na tentativa de se compreender o abandono do governo pelos industriais é a própria dependência política relacionada à dependência estrutural (tecnológica-financeira). Como entendemos, funciona mais ou menos assim: a formação de expectativas positivas da parte dos agentes econômicos estrangeiros deriva da adoção de políticas fiscais consideradas *responsáveis* (aos olhos deles), combinada à baixa presença do Estado na economia; ao passo que os agentes nacionais tendem a confiar nos governos elogiados pelos agentes externos e capazes de atrair capitais estrangeiros. No primeiro

governo Dilma, a confiança certamente foi afetada pelo aumento das críticas de representantes de interesses internacionais, que controlam a mídia dominante local, além da interferência estrangeira via Operação Lava Jato a partir de 2014.

Do ponto de vista eminentemente conjuntural, uma hipótese a ser considerada é a de que o presidente da FIESP, Paulo Skaf, mobilizou o pequeno e médio capital industrial para apoiar o movimento pelo impedimento do governo, assim sendo, teria sido este segmento, maiormente do interior paulista e ideologicamente mais conservador, que teria ancorado a campanha pelo impeachment apoiada pela Federação. A mudança de posição do presidente da FIESP, que havia feito vários elogios à presidente Dilma no contexto dos anúncios das medidas da nova matriz econômica, possivelmente deve-se a motivos políticos particulares, mas o contexto de desaceleração da economia e retomada da subida dos juros (a partir de abril de 2013) são fatores explicativos a serem levados em conta.

Por seu turno, o avanço da Operação Lava Jato, amplamente apoiado pela mídia dominante e instigante aos protestos *das ruas*, influenciou justamente o pequeno e médio industrial do interior paulista, base da FIESP, além dos segmentos mais favorecidos das camadas médias em geral. E à medida que a mobilização política avançava no sentido do impeachment, outros segmentos foram aderindo ou simplesmente se calaram (Braga, 2021), enquanto a tese de que a presidente Dilma era incapaz de conter a crise política ganhava terreno, estimulando a formação de “uma unidade de classe no apoio ao golpe político que sacramentou sua derrubada” (Braga; Montrose, 2017).

A seguir, abordaremos a hipótese de tentativa de alteração na correlação de forças (hegemonia) no interior do bloco no poder pelo governo da presidente Dilma como o fator principal da crise política que desembocaria no impeachment da presidente.

4. Governos do PT e bloco no poder

Alguns autores recorreram à noção de bloco no poder e fracionamento de classes, de Nicos Poulantzas (1968, 1974, 1978), para analisar as relações entre Estado e burguesia durante os governos do PT: Bastos (2015; 2017), Boito Jr. (2012; 2013; 2018), Ianoni (2013), Saes (2014), Teixeira e Pinto (2012), Valle e Narciso (2021), entre outros. Retomada do enfoque *poulantziano* que produziu interpretações interessantes sobre luta política no Brasil

desde 2003, especialmente por evitar a apreensão da burguesia brasileira como um conjunto homogêneo.

Basicamente, por bloco no poder devemos entender a condição dominante comum que une os detentores dos meios de produção e da riqueza financeira em suas relações com o Estado (no caso da forma democrática, com os três poderes). A situação comum implica em solidariedade, mas não em uma superaliança de classe, esta pode se constituir em terminadas conjunturas críticas, porém, normalmente o que existe é uma *unidade* conflitiva. Isto é, a classe dominante não se configura como um bloco homogêneo de capitalistas, uma vez que estes se distinguem pelas funções no processo econômico: produtiva, comercial, bancário-financeira; pelas dimensões do capital: grande capital, médio capital; pelas relações com o capital imperialista: burguesia nacional, associada, interna. Sem falar em classes de outros modos de produção que possam existir/sobreviver na formação social capitalista. Por isso, no processo de formulação das políticas estatais, principalmente da política econômica, as diversas frações da classe dominante buscam, direta ou indiretamente, influenciar as políticas de governo em benefício dos seus interesses econômicos e, em meio às disputas políticas, o Estado pode ganhar em autonomia relativa com relação a frações do bloco no poder.

Cabe registrar que a autonomia relativa do Estado não é mero produto das disputas de interesses entre frações do bloco no poder, o modo de organização burocrática do Estado capitalista, assentado na separação das estruturas econômica e política, confere à esfera política alguma capacidade decisória independente do poder de classe, daí as disputas entre frações por influência política. Por sua vez, essas frações, quando contrariadas por políticas estatais contrárias aos seus interesses, tendem a reagir com boicote econômico (greve de investimentos, fuga de capitais, aumento dos preços, demissões em massa), formação da opinião pública via meios de comunicação de massa, oposição parlamentar, *vazamento* de denúncias etc. O fato é que devido a unidade conflitiva da classe dominante, não costuma ser pertinente conceber o Estado como simples refém do poder econômico, pois tudo depende do poder das forças sociais que apoiam as políticas propostas, e pesa muitíssimo a capacidade de organização e pressão da classe trabalhadora, principalmente no caso de reformas sociais e tributárias no sentido da distribuição da renda.

Neste texto, importa salientar que as políticas estatais têm o poder de influir na correlação de forças no interior do bloco dominante, ao priorizarem determinados interesses; no entanto o Estado não atua livremente, a própria hegemonia vigente no bloco no poder impõe limites à atuação dos governos que alcançam o poder de Estado. Especificamente, os governos petistas herdaram do governo anterior um tripé macroeconômico que expressava a hegemonia dos interesses financeiros, ancorada no poder estrutural, e não conjuntural, do capital financeiro internacional. Contudo, herdaram do processo de desenvolvimento, ocorrido no século XX, burguesias nativas relevantes, interna e associada, sendo essas forças definitivas no bloco no poder, que reúnem capitalistas de vários segmentos e, nas lutas políticas conjunturais, podem ser distinguidas pelo posicionamento com relação ao capital estrangeiro. Isto é, a burguesia associada tende ao alinhamento inequívoco com os interesses do capital financeiro internacional, ao passo que a burguesia interna não endossa integralmente esses interesses e, por depender muito do mercado interno, teme a concorrência de grupos estrangeiros.

Neste ponto, cabe observar que apesar de a ideia de *fracionamento* estar ligada à tradição marxista, foi Poulantzas (1968; 1974; 1978) quem melhor a sistematizou, tendo introduzido a noção de burguesia interna, uma fração distinta da burguesia nacional anti-imperialista/nacionalista e da burguesia compradora (associada), esta, a porta-voz dos interesses do capital financeiro internacional no espaço econômico periférico. Quer dizer, como escreveu Boito Jr.: “o conceito de fração burguesa tem papel fundamental nas análises políticas de Marx e de Engels. Não foi criação de Nicos Poulantzas e nem da Terceira Internacional” (2023, p. 24). O autor argumenta que o fato de serem Marx e Engels os “pioneiros no uso desse conceito” não obriga ao seu uso teórico, todavia àqueles que desejam descartá-lo teriam de “realizar um exame crítico não apenas da obra de Nicos Poulantzas, mas também da obra de Marx, Engels, Lenin, Gramsci e outros clássicos da teoria marxista” (Boito, 2023, p. 24). Vale registrar que acompanhamos Saes (2014), que prefere a denominação de burguesia associada à de burguesia compradora usada por Poulantzas (1978), por ser mais ampla.

Nas análises sobre os governos do PT, ao operarem com a ideia de disputas entre frações, alguns autores têm priorizado as relações entre a grande burguesia interna e a grande burguesia associada, outros as entre grande burguesia interna e capital estrangeiro. Ou seja,

para alguns a política econômica teria priorizado os interesses do setor produtivo, em contraposição aos interesses financeiros (ao *rentismo*); para outros teria priorizado os interesses da burguesia interna, incluídos os interesses do segmento bancário nacional. A diferença interpretativa pode ser exemplificada por meio das análises de Singer (2015) e de Boito Jr. (2012; 2018). Conforme Singer (2012; 2015), trata-se de identificar qual é a *contradição principal*: para ele é a entre produção e *rentismo*; ao passo que para Boito Junior o caráter nacional ou internacional do capital seria o decisivo. Certamente as duas *contradições* operam ao mesmo tempo, porém é preciso identificar quais interesses o governo procura priorizar, por meio sobretudo da análise d política econômica, também da análise de conteúdo dos discursos governamentais e da concretização destes em políticas estatais.⁸

De nossa parte, concordamos com Boito Jr., a contradição principal foi entre burguesia interna e burguesia associada. No caso dos governos Lula, é possível afirmar que os interesses da burguesia interna ganharam mais espaço, sem prejuízo à hegemonia dos interesses financeiros defendidos por representantes do capital financeiro internacional. Já no primeiro governo Dilma, como indicamos, a denominada nova matriz econômica procurou favorecer os interesses do setor produtivo, indústria à frente, e confrontou interesses financeiros dominantes.

Cumpramos observar que, para Boito (2018), os governos petistas foram neodesenvolvimentistas, sendo o *neo* usado para diferenciar do desenvolvimentismo da fase populista ou do período da ditadura militar (nacional-desenvolvimentismo). Agora seria o desenvolvimentismo possível em uma formação social periférica e dependente na fase do regime de acumulação neoliberal, conformado à nova divisão internacional do trabalho, com a centralidade da indústria de transformação cedendo espaço aos setores ligados às exportações de commodities. Para o autor, o neodesenvolvimentismo foi apoiado por uma frente liderada pela grande burguesia interna atuante em vários setores da economia:

⁸ Sobre a burguesia bancária-financeira, cumpre observar que, conforme demonstra Valle (2021, p. 249-277), esta encontra-se dividido em duas forças sociais, uma inserível na categoria de burguesia interna bancária e a outra na de burguesia financeira associada ao capital estrangeiro. Para o autor, as duas frações tendem a unificação com relação a políticas monetária e fiscal restritivas e medidas de austeridades afins, mas tendem a se diferenciar com respeito à abertura do sistema bancário para o capital estrangeiro e com respeito à intervenção do Estado na economia, com os grandes bancos comerciais nacionais atuando como burguesia interna e consentindo na maior participação do Estado, como no caso da adoção de medidas anticíclicas em conjunturas críticas. No segundo governo Dilma, os dois segmentos acabaram apoiando o impeachment, expressamente ou ao se omitiram, mas representantes da burguesia interna hesitaram um tanto.

mineração, construção pesada, segmentos do agronegócio, indústria de transformação, incluídos grandes bancos privados e empresas estatais predominantemente nacionais. A frente contava ainda com trabalhadores da baixa classe média, operariado, campesinato e massa marginal. O adversário político dessa frente seria o campo neoliberal ortodoxo, identificado aos interesses do capital financeiro internacional, defendidos por representantes das frações burguesas mais associadas a ele: como grandes proprietários de terra, capitalistas ligados ao comércio importador, alta classe média. Na análise do autor, ao longo dos governos liderados pelo PT, os interesses da burguesia interna foram conquistando mais espaço político e acabaram por se tornar os interesses hegemônicos no bloco no poder.

Não estamos seguros de que se possa afirmar que a burguesia interna se tornou hegemônica, pois parece-nos que os interesses financeiros seguiram dominantes, indícios neste sentido são a conservação do tripé macroeconômico herdado do governo FHC, com a manutenção dos juros em patamares atrativos, a abertura de novos nichos de acumulação para o setor financeiro, a alta lucratividade dos bancos durante esses governos (Teixeira e Pinto, 2012; Lapyda, 2019). Certamente, ao menos sobre os governos Lula, é possível afirmar que não contestaram a hegemonia política do capital financeiro internacional, porém é certo que procuraram beneficiar a grande burguesia interna. Neste sentido, foram inúmeras as políticas adotadas no bojo da política de fortalecimento/criação de grandes grupos nacionais, as chamadas campeãs nacionais, por meio sobretudo do BNDES. Com efeito, de maneira geral, o ativismo dos bancos públicos esteve a serviço da execução de políticas favoráveis ao setor produtivo nacional, inclusive de multinacionais que produzem no país, políticas que visaram a expansão do mercado interno e externo.

Além disso, como indicado antes, os juros caíram. Já a política de câmbio valorizado atendia em larga medida ao objetivo do controle da inflação (não sendo mera imposição do capital financeiro internacional), ao baratear o gasto dos capitalistas com importações, além do consumo popular. No tocante aos superávits fiscais, estes interessavam aos interesses do conjunto do bloco no poder, na medida em que sinalizava que o Estado seria capaz de sustentar os serviços da dívida interna, ou seja, os lucros advindos do rentismo. Devemos ainda considerar que, muitas vezes, a gritaria contra os juros altos, da parte de representantes do setor produtivo, não é mais que um expediente na luta política visando a conquista de benesses estatais, ou uma reclamação dos representantes do médio capital (base da FIESP)

com mais dificuldades de financiamento. Como entendemos, os governos Lula priorizaram os interesses do grande capital em geral, e entre os seus representantes a manutenção do tripé macroeconômico neoliberal era relativamente consensual, o que aponta para a hegemonia dos interesses do capital financeiro, uma vez que a hegemonia implica em capacidade de transformar interesses próprios em interesses gerais (do conjunto do bloco no poder). (Souza, 2021)

Sendo assim, parece-nos que o mais correto seria falarmos em política econômica híbrida, como proposto por Moraes e Saad-Filho (2011), apreendida como a combinação de diretrizes macroeconômicas neoliberais com políticas recomendadas pelo campo desenvolvimentista, sobretudo em resposta à crise financeira internacional que eclodiu em 2008. Já o primeiro governo Dilma buscou *ousar* um pouco mais e a ideia de oposição entre *rentismo* e produção talvez tenha orientado as decisões de política econômica da nova matriz, contando-se com o apoio de frações da grande burguesia interna. Em especial, ao abraçar a “agenda FIESP”, o governo parece ter apostado que seria apoiado pela burguesia industrial (e inicialmente foi). Como argumentamos em outra oportunidade (Souza, 2021), o governo parece ter considerado possível mudar a correlação de forças no bloco no poder, no sentido da hegemonia da burguesia interna. Aliás, em uma entrevista com a presidente Dilma Rousseff em 2017, ela oferece indicação desse direcionamento:

Eu, por exemplo, nunca percebi a história, a não ser a posteriori, das classes mais enriquecidas do Brasil em relação aos juros. Eu não percebi, também, qual era o nível de aversão deles a pagar qualquer parte da crise. Eu nunca percebi que eles achavam correto arrebentar o Estado em relação a qualquer política de conteúdo nacional mínima. Achei que eles [empresários] tinham interesse efetivo num projeto nacional de desenvolvimento, não no sentido nacionalista da palavra. Por exemplo, que usar política de conteúdo nacional, recuperar a cadeia de petróleo e gás, criar a cadeia de fármacos, colocar aqui uma parte da estrutura da indústria automobilística, através de toda aquela política que nós fizemos de garantir que as grandes empresas viessem para o Brasil — que se interessariam por isso. E o que eu vejo é que esse processo é tão duro que eles não se interessam, não. Não se interessam e a internacionalização ultrapassa as pessoas. A financeirização ultrapassa as pessoas. (Rousseff, 2017, n. p.)

A presidente ainda argumenta que, se a crise que eclodiu em 2008 tivesse acontecido mais para frente, “lá por 2013”, talvez a *estratégia* tivesse sido exitosa, com o fortalecimento de grupos nacionais que, desse modo, estariam mais preparados para o processo de

transformação. Na leitura da presidente estava em curso um “projeto nacional [não nacionalista] de desenvolvimento”, que foi interrompido pela crise internacional, assim como pela Operação Lava Jato, que levou para prisão “empresários que estavam se transformando de empreiteiros em grandes empresas de engenharia. E que tinham um papel importante nesta etapa nova” (Rousseff, 2017). O melhor exemplo, para a presidente, seria o caso Odebrecht: “uma empresa de engenharia, que estava virando petroquímica e ia virar de óleo e gás. Quando o cara deixa de ser empreiteiro e passa para empresa de energia, ele tem de ter outra mentalidade” (Rousseff, 2017, n. p.).

Seria difícil saber se um *atraso* na crise internacional poderia impedir a reversão política no Brasil, mas sem dúvida a Operação Lava-Jato provocou um estrago político e econômico enorme, afetando especialmente o grupo Odebrecht.⁹ Aqui cabe questionar se o governo foi conivente com a Operação (Limongi, 2023), de todo modo assemelha duvidoso que pudesse contê-la, tendo em vista a articulação com forças internacionais e o consequente apoio massivo da mídia local. Mas importa destacar que em algumas passagens da entrevista mencionada acima, a presidente Dilma indica que o governo considerava possível mudar a correlação de forças no interior do bloco no poder no sentido da realização da hegemonia dos interesses da burguesia interna. Algo extremamente difícil, uma vez que o capital financeiro internacional controla as instituições financeiras internacionais, as agências internacionais de avaliação de riscos, a formação de opinião pela mídia dominante local, e tem poder econômico para inviabilizar o crescimento de economias periféricas.

5. Considerações finais

Oliveira (2022) argumenta que o neodesenvolvimentismo dos governos do PT, e dos governos Kirchner na Argentina, aderiram à perspectiva (reformista) da dependência e Cardoso e Faletto (2004), especificamente à ideia de que seria possível conciliar desenvolvimento com dependência. O autor (Oliveira, 2022), inclusive, lembra que na resposta às críticas de Cardoso e Serra (1979), Marini (1978) acusou os seus críticos de

⁹ Almeida (2016, capítulo 9), ao descrever os bastidores da crise que derrubou a presidente, aponta certa movimentação de representantes da burguesia interna, banqueiros inclusive, para tentar segurar o governo. Talvez suspeitassem que a Operação Lava Jato era contra eles, todavia, é possível que a prisão de Marcelo Odebrecht, em março de 2016, tenha promovido retração de apoios ao governo, e Joaquim Levy, o ministro que banqueiros locais indicaram para conter a crise, já havia caído.

neodesenvolvimentismo. De acordo com Oliveira (2022), as forças à esquerda no Brasil e na Argentina se limitaram à dicotomia entre neoliberalismo e desenvolvimentismo, que tem dominado o debate sobre economia política nos dois países, e abandonaram qualquer perspectiva radical de desenvolvimento. Nas palavras do autor: “As perspectivas marxistas que desafiam diretamente os privilégios sociais e denunciam as relações de trabalho superexploradoras e as desigualdades espantosas de riqueza foram descartadas como ultrapassadas e irrealistas”, sendo o neodesenvolvimentismo abraçado como um mal menor e, comparativamente ao neoliberalismo, apresentado como progressista, quando seria “uma teoria inerentemente elitista e reacionária, criada em oposição explícita a uma perspectiva alternativa de mudança social radical” (Oliveira, 2022, p. 39, tradução nossa).

Concordamos com Oliveira (2022) apenas no que tange à orientação *cardosiana* (não praticada pelo presidente FHC) do primeiro governo Dilma, independentemente da recorrência ou não à obra de Cardoso e Faletto (2004) e textos de Cardoso. Afora isso, consideramos que, na fase das relações de dependência vigentes desde o final do século passado, o neodesenvolvimentismo é sim progressista (como foi o nacional-desenvolvimentismo, pelo menos até o golpe de 1964), tanto que a presidente Dilma foi vítima de um golpe da direita. Com efeito, pensamos que *irrealista* é acreditar que forças progressistas ao alcançarem o poder do Estado capitalista pela via eleitoral, em uma formação social dependente, podem implementar propostas radicais. Sequer um governo que alcançou o poder estatal amparado por ampla mobilização popular, como o de Evo Morales na Bolívia, conseguiu ir além do reformismo moderado (embora avançado para a realidade política boliviana). De toda maneira, a correlação entre neodesenvolvimentismo e a teoria da dependência de Cardoso e Faletto parece-nos pertinente, uma vez que não se tratou apenas de fé no Estado e na sua capacidade indutora do desenvolvimento industrial, à maneira da Cepal, e sim de aposta no papel do Estado como organizador das coalizões e convergências de interesses entre agentes econômicos nativos e estrangeiros.

Entretanto, a *ousadia* do governo Dilma 1 deu-se em momento adverso e por meios controversos. Possivelmente, o governo endossou teses acerca do enfraquecimento do neoliberalismo em função da crise financeira global que eclodiu em 2008, assim como pode ter se deixado influenciar pela ideia de oposição entre as esferas produtiva e financeira, mais condizente à situação do médio capital, ao passo que para o grande capital em geral o circuito

financeiro é uma incrível fonte de acumulação, ainda mais em momentos de avanço das expectativas negativas. Neste sentido, tanto a oscilação na condução da política econômica como a reação de agentes estrangeiros à nova matriz econômica devem ter fomentado comportamentos conservadores nos agentes econômicos locais com relação a novas inversões, sem falar que a substituição da produção local por importações da parte dos agentes econômicos estrangeiros também deve ter acionado o *ethos* da dependência política, desaconselhando os investimentos.

Por sua vez, a nova matriz econômica determinou a reação de representantes do capital financeiro internacional e sócios locais. O eixo central da nova matriz era a redução dos juros e a desvalorização do Real, a fim de reduzir importações e fomentar a produção no espaço econômico nacional, e o governo ainda interferiu no setor de energia elétrica, a fim de reduzir custos de produção, e introduziu algumas políticas de controle da movimentação do capital especulativo internacional. Implicou ainda em uma capitalização robusta do BNDES para subsidiar projetos de investimentos e, talvez o mais importante, promoveu desonerações fiscais para vários setores. Este último ponto seria especialmente negativo, pois em vez dos investimentos públicos se apostou na iniciativa privada. Conforme Paulani (2016), um ponto de partida equivocado, pois baseado na ideia de concorrência entre investimentos públicos e privados, apostando que a retirada dos primeiros levaria os segundos a deslançarem, estimulados pelos incentivos fiscais. Não foi o que aconteceu: “a economia brasileira ficou sem um e sem o outro (considerando o triênio 2012-2014, o investimento do setor privado apresentou crescimento real negativo de 1,3%)” (PAULANI, 2016, p. 74).

Finalmente, no segundo governo, a presidenta reeleita promoveu um ajuste fiscal e monetário à maneira do programa que, durante a campanha, havia acusado ser o dos adversários, que aproveitaram para denunciar o estelionato eleitoral. Isso em meio ao avanço da Operação Lava Jato, com políticos e empresários acuados, que passariam a vislumbrar na substituição do governo uma saída para conter a Operação, esta, seguramente, um mecanismo de ingerência externa na vida política nacional.

Todavia, em que pese tudo o que foi escrito acima, não descartamos a hipótese de que uma liderança popular, historicamente relevante, com reconhecida habilidade política, cujo governo conquistou mais de 80% de aprovação, teria mais chances de prosseguir favorecendo

a burguesia interna, quem sabe, até consolidar a sua hegemonia política, sobretudo se disposto a partir para a mobilização popular. No mínimo, apostaríamos que se fosse o Lula o candidato em 2014, a Operação Lava Jato talvez tivesse sido contida e grupos econômicos nacionais (e empregos) resguardados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, F. *Inflação, Juros e Crescimento no Governo Dilma*. A Nova Matriz Econômica Brasileira no Mundo Pós-Crise. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.
- ATTUCH, L. Como a arrogância iludiu e derrubou Antonio Palocci. Disponível em <http://www.brasil247.com/pt/247/poder/3765/Como-a-arrog%C3%A2ncia-iludiu-e-derrubou-Antonio-Palocci.htm>, acesso em 06/03/2024.
- BASTOS, P. P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. Campinas/SP: IE-UNICAMP, Texto de Discussão, n. 257, agosto de 2015.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, 21, 2017.
- BOITO JR., A. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In A. Boito Jr. e A. Galvão (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- BOITO JR., A. O lulismo como bonapartismo: uma crítica às teses de André Singer. São Paulo, *Crítica Marxista*, n. 37, 2013.
- BOITO JR., A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: UNICAMP/São Paulo: UNESP, 2018.
- BOITO JR., A. Polêmica sobre o fracionamento da burguesia no processo político brasileiro. *Cadernos Cemarx*, 17, 2023.
- BRAGA, S.; MONTROSE, E. (2017). Do questionamento da política econômica do governo Dilma à campanha pelo “Impeachment Já”: a ação política das frações empresariais brasileiras nas mídias sociais na conjuntura recente. In: Carlo José Napolitano, Maximiliano Martín Vicente e Murilo César Soares. (Org.). *Comunicação e Cidadania Política*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, v. 1, p. 127-159.
- BRAGA, F. Q. A burguesia industrial na crise do governo Dilma. In VALLE, A. F.; NARCISO, P. F. *A burguesia brasileira em ação*. De Lula a Bolsonaro. São Paulo: Enunciado, 2021.
- CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARDOSO Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Post-Scriptum*. Estado e processo político na América Latina. In: CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre Estado e dependência. *CEBRAP 11*, São Paulo, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), n. 23, p. 33-80, 1979.
- CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira*. São Paulo: Todavia, 2018.
- DOS SANTOS, T. La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico. *Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos*, 93-151, 1998.
- IANONI, M. Autonomia do Estado e desenvolvimento no capitalismo democrático. *Revista de Economia Política*, vol. 33 (4), outubro/dezembro 2013.
- FIORI, J. L. A globalização e a novíssima dependência. In: FIORI, J. L., *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- LAPYDA, I. *Financeirização no Brasil nos anos Lula (2003-2010)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), USP. São Paulo, 2019.

- LIMONGI, F. *Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*. São Paulo: Todavia, 2023.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência (+ Post-Scriptum)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, número especial, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1978.
- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política* 31 (4), p. 507-527, 2011.
- PAULANI, L. M. A saga dos investimentos públicos. *Politika*, n. 3, março 2016.
- OLIVEIRA, F. A. Lost and found: Bourgeois dependency theory and the forgotten roots of neodevelopmentalism. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 1, p. 36-56, 2022.
- PINTO, E. C. Dilma: de “coração valente” a presidente acuada. *Texto para Discussão*, v. 15, p. 5-13, 2015.
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes Sociales*. Paris: Maspero, 1968.
- POULANTZAS, N. *Les classes Sociales dans le capitalisme aujourd’hui*. Paris: Editions du Seuil, 1974.
- POULANTZAS, N. *A crise das ditaduras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- RUSSEFF, Dilma. Dilma Rousseff sem censura, ou quase (entrevista). *Revista Esquerda Petista*, n. 7, maio de 2017.
- SAES, D. A. M. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In Milton Pinheiro (org.). *Ditadura: O que resta da Transição* (pp. 105-118). São Paulo: Boitempo, 2014.
- SERRANO, F. e SUMMA, R. A. Desaceleração Rudimentar da Economia Brasileira desde 2011. *Revista Oikos*. Rio de Janeiro. V. 11, n. 2, 2012.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Revista Novos Estudos*, n. 102, julho de 2015.
- SOUZA, A. M. Dependência e governos do PT. Curitiba: Appris, 2021.
- SOUZA, A. M.; BRAGA, S. S. Las relaciones Brasil - China en perspectiva de la “teoría de la dependencia”. Working Paper Series (WPS) de REDCAEM, n°34, Mayo, 2023.
- TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.
- TORRES, F. Divórcio de Dilma com empresários faz 2 anos. *Jornal Valor*, 11/09/2014.
- VALLE, A. F.; NARCISO, P. F. *A burguesia brasileira em ação*. De Lula a Bolsonaro. São Paulo: Enunciado, 2021.